



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 18 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 14 de maio de 2013

A CRITICA

Senador quer alíquota de 9% sobre os bens de informática produzidos na ZFM 1
VEICULAÇÃO LOCAL

AMAZONAS EM TEMPO

Parque fabril manauense acende 'sinal de alerta' 2
VEICULAÇÃO LOCAL

AMAZONAS EM TEMPO

Estado pode admitir uma alíquota menor de ICMS, diz Arthur 3
VEICULAÇÃO LOCAL

DIÁRIO DO AMAZONAS

Articulação pela defesa da alíquota de 12% de ICMS continua, diz prefeito 4
VEICULAÇÃO LOCAL

O GLOBO

Luta pelo poder tira do governo nomes fortes nos ministérios 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

CORREIO BRAZILIENSE

Barbosa oficializa saída 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

PORTAL DA AMAZÔNIA

Senador do Amazonas, Eduardo Braga aposta em votação da MP dos Portos 8
VEICULAÇÃO NACIONAL

PORTAL DA AMAZÔNIA

Prefeito de Manaus chama governantes do Norte para defender ZFM 10
VEICULAÇÃO NACIONAL

PORTAL DA AMAZÔNIA

Wilson Périco defende mudanças no modelo econômico no Amazonas 11
VEICULAÇÃO NACIONAL

PORTAL DA AMAZÔNIA

Pará entrega manifesto no Senado para mudança em reforma do ICMS 13
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ONLINE

Governo perde 4 secretários de uma só vez 14
VEICULAÇÃO NACIONAL

BLOG DA FLORESTA

Bosco diz a prefeito que ZFM é assunto constante na CMM 16
VEICULAÇÃO NACIONAL

BLOG DA FLORESTA

Guerra do ICMS: Prefeito de Manaus alerta para outros rounds no Senado 17
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA.COM

Mantega quer nome 'de peso' para suceder Nelson Barbosa na Fazenda 18
VEICULAÇÃO NACIONAL

COLUNA CLÁUDIO HUMBERTO

Subordinado peita ministro 19
VEICULAÇÃO NACIONAL

COLUNA CLÁUDIO HUMBERTO

Marco da mineração 20
VEICULAÇÃO NACIONAL

BLOG DO MARCOS SANTOS

Arthur Neto pede união de estados vizinhos pela defesa do ICMS diferenciado e da Zona Franca 21
VEICULAÇÃO NACIONAL

CORREIO DA AMAZÔNIA

Arthur pede união de governantes vizinhos em defesa do ICMS da ZF 22
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Senador quer alíquota de 9% sobre os bens de informática produzidos na <u>ZFM</u>	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE
			VEICULAÇÃO LOCAL

A proposta é do senador Lindbergh Farias (PT-RJ). Para o ex-prefeito de Manaus e auditor fiscal da Receita Federal, Serafim Corrêa, os 9% são uma “pegadinha”

A proposta é do senador Lindbergh Farias (PT-RJ). Para o ex-prefeito de Manaus e auditor fiscal da Receita Federal, Serafim Corrêa, os 9% são uma “pegadinha”

14 de Maio de 2013

ADAN GARANTIZADO

A queda de braço em torno da alíquota interestadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) deve ganhar um novo capítulo nesta semana.

Após críticas de representantes do Governo Federal, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Lindbergh Farias (PT-RJ), anunciou na última sexta-feira que vai propor uma emenda ao projeto de resolução 001/2013.

A intenção do senador carioca é reduzir a alíquota interestadual do ICMS incidente apenas sobre os bens de informática produzidos na Zona Franca de Manaus (ZFM). A nova alíquota seria de 9%. Durante a votação na CAE, os bens de informática já haviam sido alvo de críticas. A senadora Ana Amélia (PP-RS), chegou a propor um destaque que pedia a redução da alíquota sobre estes produtos para 7% na Zona Franca. O destaque foi derrotado por apenas três votos de diferença.

Pegadinha

Para o ex-prefeito de Manaus e auditor fiscal da Receita Federal, Serafim Correa, os 9% são uma “pegadinha”. A redução da alíquota significaria, para ele, a

extinção que qualquer possibilidade do Polo Industrial de Manaus se tornar atrativo para o segmento. “Quando colocamos todos os custos tributários na ponta do lápis, a margem atual de incentivos fiscais fica em 3,4%. Com a alteração para 9%, ficará em 3,2%. Esta variação de 0,2 vai continuar sem atrair ninguém. Será praticamente o fim do setor de informática aqui”, cravou Serafim, que detalhou todo o cálculo em seu blog na Internet.

Já o consultor econômico José Laredo vê a proposta como um “poder de barganha” da bancada amazonense. “Lógico que a prioridade é manter os 12%, mas seria recomendado ao Amazonas considerar 9% para evitar alguns conflitos. Desde a lei de informática, este setor já é prejudicado no PIM”, argumentou Laredo.

Alinhamento

Ontem, o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), afirmou que vai orientar a bancada paulista a aceitar apenas duas alíquotas de ICMS quando o projeto for para votação em plenário. “O objetivo era uma alíquota única, de 4%. Mas 4% e 7% São Paulo aceita”, opinou. Ele também respondeu às críticas feitas pelo prefeito de Manaus, Artur Neto. “Ninguém quer acabar com a Zona Franca. Ela tem a maior renúncia fiscal do país, R\$ 22 bilhões, e ninguém mexe nisso. O que nós não queremos é a criação de uma diferença no ICMS que não existia até então”, afirmou Alckmin.

	VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO		EDITORIA
	TÍTULO Parque fabril manauense acende 'sinal de alerta'		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

O faturamento do Polo Industrial de Manaus (PIM) encerrou o primeiro trimestre de 2013 'no vermelho'. Dos 23 principais segmentos que compõem os ganhos do parque fabril manauense, 12, ou seja, metade dos setores apresentaram desempenho negativo, de acordo com os Indicadores da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Entre os setores mais representativos, a principal retração partiu do polo de duas rodas (-28,5%) com US\$ 1,5 bilhão acumulados no primeiro trimestre, contra os US\$ 2,1 bilhões faturados no mesmo intervalo do ano passado.

Em seguida, apareceram o segmento metalúrgico (US\$ 386,2 milhões e queda de 17,5%), o setor relojoeiro (US\$ 14,2 milhões e queda de 10,5%), a indústria termoplástica (-6,7% com faturamento de US\$ 419,6 milhões) e o segmento eletroeletrônico (US\$ 2,9 bilhões e recuo de 0,8%).

Para o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do **Amazonas (Fieam)**, Nelson Azevedo, apesar do desempenho negativo já ser aguardado por representantes da indústria, a queda nos resultados dos segmentos foi maior do que a expectativa inicial.

Além desse fator, para o dirigente, a insegurança jurídica causada pela indefinição da alíquota do Imposto sobre a Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)** interestadual, atualmente em discussão no Senado Federal, estaria freando investimentos e contratações.

O vice-presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Eletrônicos de **Manaus** (Sinmen), Genoir Pierosan, explicou que, em relação ao setor de duas rodas, a diferença entre os resultados de **produção** e faturamento frente ao mesmo intervalo do ano passado é normal.

Ele destacou ainda que a tendência a partir do segundo trimestre (abril, maio e junho) deste ano é de mais estabilidade para o segmento.

	VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO		EDITORIA
	TÍTULO Estado pode admitir uma alíquota menor de <u>ICMS</u>, diz Arthur		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Ao desembarcar em Manaus, nesta segunda-feira (13), vindo de Brasília, o prefeito de Manaus, **Arthur Neto** (PSDB), voltou a garantir o seu bom relacionamento com a presidente **Dilma Rousseff** (PT) e revelou que o Amazonas deverá admitir uma alíquota inferior a 12% na reforma do Imposto sobre Circulação e Mercadorias (ICMS) em curso no Congresso Nacional.

O prefeito explicou que essa renúncia está sendo estudada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) e que deverá ser aceita, em favor do empenho do Governo Federal em resguardar a Zona Franca de Manaus (ZFM).

Arthur Neto explicou que essa concessão seria feita para ajudar a presidente que estaria sofrendo um desgaste político significativo para manter os benefícios da ZFM e para evitar que a proposta seja derrotada quando submetida à votação no plenário.

Segundo Arthur, a intenção é estabelecer um acordo patrocinado pela presidente para que ela não se exponha ainda mais. “Nós teremos a possibilidade de salvar a Zona Franca de uma pressão que poderá significar um prejuízo muito grande para ela (Dilma)”, frisou.

O prefeito estava em Brasília desde a última segunda-feira (6), quando viajou junto com o governador Omar Aziz, o Superintendente da Suframa, Thomas Nogueira e o secretário de Estado de Fazenda, Afonso Lobo, para

acompanhar a votação do Projeto de Resolução 1/2013 na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do Senado.

Na sexta-feira passada, ele prefeito se reuniu com a presidente Dilma e garantiu investimentos da ordem de R\$ 765 milhões.

O prefeito não entrou em detalhes sobre o percentual da renúncia, mas o EM TEMPO apurou junto a técnicos do governo que o Estado pode admitir uma proposta inferior a 12%, mas superior a 10%.

Outra possibilidade que já está sendo estudada é a manutenção da alíquota de 12%, mas com um tratamento diferenciado para bens de informática. A reportagem tentou falar com o Superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, sem sucesso. O secretário Afonso Lobo preferiu não se pronunciar sobre o assunto.

O prefeito alertou que a próxima etapa será mais difícil que a votação da CAE. “Daqui para frente é outro jogo. Um jogo duro, um jogo bruto. O segundo round, eu diria que eles estão ganhando”, alertou.

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>		EDITORIA
	TÍTULO Articulação pela defesa da alíquota de 12% de <u>ICMS</u> continua, diz prefeito		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Após se reunir com a presidente, em Brasília, o prefeito Arthur Neto chega a capital disposto a movimentar defesas a favor do percentual de 12% para Zona Franca de Manaus.

Manaus- O governador do Estado, Omar Aziz (PSD), e o prefeito de **Manaus**, Arthur Neto (PSDB), irão se reunir nesta semana para traçar a estratégia de contra-ataque a investida de parlamentares do Sul e Sudeste que tem disseminado informações contrárias à Zona Franca de **Manaus** (**ZFM**).

A informação foi dada pelo prefeito de **Manaus**, na manhã desta segunda-feira, ainda no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes após retornar de Brasília.

“Vou falar com o governador hoje (ontem), porque estou com a fixação de redigirmos artigos e falarmos em rádios nacionais para disputarmos dentro do terreno deles (parlamentares do Sul e Sudeste), escrevendo artigos, polemizando, provocando o debate e falando a nossa versão”, disse.

Na semana passada, Omar e Arthur foram a Brasília na tentativa de convencer os senadores a votar contra a emenda do senador paulista Eduardo Suplicy (PT) a Medida Provisória que trata das compensações aos Estados pela unificação das alíquotas interestaduais do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**).

A emenda proposta alterava as alíquotas do **ICMS** em operações interestaduais.

Na votação na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), a emenda foi derrubada por 16 votos a nove. Com a derrubada da emenda, a **ZFM** continua com uma alíquota de 12% de crédito do **ICMS**.

“Tivemos uma primeira vitória que ainda não é a definitiva. Eu e o governador não somos os salvadores da pátria, temos de nos articular para não sofrermos uma derrota no Plenário. Daqui para frente, o jogo é duro e tem de ser jogado em grupo”, disse Arthur Neto.

A matéria segue para votação plenária, ainda sem data definida.

Cunho eleitoral

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), rebateu as críticas do prefeito de **Manaus** e disse que não pretende prejudicar a **ZFM**.

“Ninguém quer acabar com a Zona Franca de **Manaus**. Ela tem a maior renúncia fiscal do País. O que nós não queremos é a criação de uma diferença no **ICMS** que não existia até então”, disse.

Ele reafirmou ser contrário a três alíquotas diferentes para o imposto e disse que a bancada paulista está orientada a aceitar apenas duas alíquotas.

“O objetivo era uma alíquota única, de 4%. Mas 4% e 7% São Paulo aceita. Se for para aprovar a reforma do **ICMS** com três alíquotas, é melhor deixar como está e discutir em 2015, longe da eleição”, argumentou Alckmin.

Recursos não são ‘barganha’ política para eleição de 2014

O prefeito de **Manaus**, Arthur Neto (PSDB), negou a possibilidade de apoiar a reeleição da presidente Dilma Rousseff (PT) em 2014.

Durante coletiva no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, o prefeito negou que os R\$ 765 milhões em recursos que serão viabilizados pelo **Governo Federal** sejam barganha política da presidente em troca de apoio nas próximas eleições, em 2014.

“A presidente concorda comigo quanto ao fato de que todo mundo que está envolvido em uma tarefa de governo tem de pensar em 2013, porque ganhar o 2014 em 2013 é complicado. Ela deixou bem claro que o entendimento republicano é o que interessa, não tem nada a ver com barganha política e eu me sinto melhor assim”, disse.

Ele informou que a partir de agora terá um relacionamento “fraterno” com a presidente e disse que Dilma Rousseff o deixou a vontade para procurá-la para solucionar os problemas de **Manaus**.

“Nosso tratamento será republicano. Ela disse que, quando eu sentir necessidade, é só pegar o telefone e ligar, ou seja, mandou o governo abrir as portas”, contou.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Luta pelo poder tira do governo nomes fortes nos <u>Ministérios</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Pelo menos três secretários executivos deixam cargos até julho

Luiza Damé, Júnia Gama e Gabriela Valente

BRASÍLIA O governo Dilma Rousseff perderá até julho pelo menos três nomes fortes do segundo escalão, todos secretários executivos (vice-ministros), envolvidos em luta de poder na Esplanada dos Ministérios. O primeiro a formalizar a saída foi o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, que ontem pediu oficialmente demissão do cargo. Em seguida, vão se despedir os secretários executivos da Casa Civil, Beto Vasconcelos, e das Comunicações, Cezar Alvarez. A saída de Vasconcelos e Alvarez já era conhecida do Planalto, mas a decisão de Barbosa surpreendeu, embora fossem recorrentes as divergências dele com o ministro Guido Mantega (Fazenda). Outro que pode deixar o cargo é o número dois do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic), Alessandro Teixeira.

Canal direto com Dilma

De acordo com nota de ontem do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa deixará o posto por razões pessoais. Mas toda a Esplanada sabe que a situação dele no governo já estava delicada há algum tempo. Desde o início do governo Dilma, Mantega, nos bastidores, não escondia seu desconforto com o canal direto estabelecido entre Barbosa e a presidente. O secretário chegou a ser cotado para ser ministro da Fazenda de Dilma.

Mas, como defensor de um rigor maior na política fiscal do governo, Nelson Barbosa acabou perdendo espaço, na relação com a presidente, para o secretário de Tesouro, Arno Augustin, que tem posição mais flexível neste assunto. Além de ser gaúcho e já conhecido de Dilma, Augustin contou com apoio de Mantega para se tornar o rival número um de Barbosa.

Rumores de que Augustin poderia assumir o cargo de Barbosa foram descartados por interlocutores de Mantega. Ele continuará à frente do Tesouro e como interlocutor privilegiado de Dilma - já é dado como certo na equipe da campanha da reeleição.

Nelson Barbosa foi levado por Mantega, em 2003, para o Ministério do Planejamento, e na Fazenda ocupou outros postos importantes antes de ser alçado a secretário executivo. Em defesa de mais investimentos públicos para conter os efeitos da crise econômica, o chamado efeito anticíclico, ele se destacou no auge da crise de 2009 ao apresentar várias medidas adotadas pelo Banco Central para combater os efeitos das turbulências no mercado financeiro.

A presidente já havia sido informada do pedido de demissão de Barbosa, que, formalmente, dizia estar cansado após 10 anos no governo. Nos bastidores, porém, a informação é que a luta de poder se tornou mais intensa. "Oportunamente, o ministro Guido Mantega definirá o nome do novo secretário executivo. O atual secretário executivo adjunto, Dyogo de Oliveira, deverá assumir o cargo interinamente no lugar de Barbosa", informou a nota da Fazenda.

Dos quatro secretários executivos, Alessandro Teixeira - o único que ainda não teve a saída oficializada - era o com maiores chances de se tornar ministro. Já era dado como certo no cargo quando Fernando PIMentel deixasse o Ministério para concorrer ao governo de Minas Gerais. O maior impedimento para isso, no entanto, está na própria pasta: o ministro trabalha para destituir Teixeira do cargo.

O motivo seria, segundo fontes palacianas, o incômodo de PIMentel com o bom trânsito que seu secretário executivo tem junto aos grandes bancos e empresários. Por conta da disputa pelo poder, os dois têm brigado e a situação teria ficado insustentável. Apesar das pressões de PIMentel, Teixeira trabalha nos bastidores para continuar na pasta. Sua assessoria afirma que desconhece especulações sobre sua saída.

Cursos no exterior

Vasconcelos e Alvarez decidiram deixar o governo para estudar no exterior. O substituto imediato de Gleisi Hoffmann na Casa Civil antecipou sua intenção à presidente Dilma em janeiro. Em reuniões palacianas, ministros já presenciaram divergências conceituais entre Vasconcelos e a titular. Ele costuma, inclusive, despachar com Dilma sem o conhecimento da ministra, o que causava ciúmeiras.

Dilma nunca escondeu o carinho pelo assessor e o tem como de sua total confiança. Além de filho de um companheiro de luta de Dilma na época da ditadura, Vasconcelos a acompanha desde quando ela era ministra da Casa Civil. Dilma tentou demovê-lo da decisão de sair, mas não conseguiu. Ele deverá ser substituído pelo secretário executivo adjunto, Gilson Bittencourt, nome que Gleisi sempre quis para o cargo.

No início do ano, Alvarez informou ao ministro Paulo Bernardo (Comunicações) que estava concorrendo a um

doutorado na Universidade da Pensilvânia, o que foi confirmado há um mês. Também nesta pasta, ainda que de forma mais discreta, havia divergências entre titular e o substituto imediato. Em 2011, houve uma tentativa de transferi-lo para a presidência da Telebrás, mas a repercussão negativa abortou o processo. (Colaboraram Cristiane Bonfanti, Eliane Oliveira e Mônica Tavares)

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE		EDITORIA
	TÍTULO Barbosa oficializa saída		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Nelson Barbosa, secretário-executivo do **Ministério** da Fazenda, o número dois da pasta, anunciou oficialmente que deixará o cargo em junho. Para parte do **mercado**, a informação é um alívio por eliminar a possibilidade de ele migrar, em algum momento, para o Banco Central. Todas as vezes que o nome do economista foi cogitado para um posto na autoridade monetária, houve tensão entre os investidores. A visão é de que Barbosa, explicitamente a favor do intervencionismo estatal, acabaria de vez com a autonomia e a credibilidade da casa. Para a diretoria do BC, a saída dele representa o afastamento de um desafeto. Em conversas reservadas com participantes do **mercado**, integrantes da alta cúpula da instituição teriam ponderado que seria péssimo até mesmo se ele se tornasse o comandante da Fazenda.

O secretário executivo começou a ser minado quando ganhou destaque, após a eleição da presidente **Dilma Rousseff**, por ter sido um dos coordenadores do programa econômico dela. À época ele foi cotado para assumir o posto de Guido Mantega, situação que o tornou uma ameaça para o ministro e para o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin. Nos bastidores, fala-se ainda que o presidente do BC, Alexandre Tombini, também teria colaborado para diminuir os poderes de Barbosa.

Para integrantes do governo, Barbosa deixa o Executivo também frustrado por não ter emplacado como queria a reforma do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)**. Uma das funções dele no posto era convencer secretarias estaduais de Fazenda e parlamentares

a aderir ao projeto de mudanças nas regras do tributo. A proposta desenhada, que foi apreciada na última semana na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, acabou aprovada, mas com tantas emendas que o Palácio do Planalto se considerou derrotado. Na visão do Executivo, na forma como ficou, o texto tornaria o sistema mais confuso do que o modelo atual.

Em vez de consolidar apenas duas alíquotas nas operações interestaduais, de 4% e de 7%, como queria o Planalto, os parlamentares desfiguraram o projeto. Uma das mudanças estendia os 12% da **Zona Franca de Manaus** para as demais áreas de livre **comércio** do Brasil. O mesmo percentual foi colocado também para as operações com gás natural **importado**. Essas e outras alterações, inclusive, fizeram a Fazenda pensar em desistir de oferecer R\$ 500 bilhões em compensações para os estados que fossem prejudicados com a reforma.

Em nota divulgada pela Fazenda, o **Ministério** informou que o secretário pediu exoneração “por razões pessoais”. “Oportunamente, o ministro Guido Mantega definirá o nome do novo secretário executivo. O atual secretário executivo-adjunto, Dyogo de Oliveira, deverá assumir o cargo interinamente no lugar de Barbosa”, informou o comunicado.

	VEÍCULO PORTAL DA AMAZÔNIA		EDITORIA
	TÍTULO Senador do Amazonas, Eduardo Braga aposta em votação da MP dos Portos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Relator da matéria no Senado, Eduardo Braga se mostra confiante para votação na Câmara, apesar dos impasses existentes

MANAUS - Temendo ultrapassar o prazo limite para a votação da MP 595/12, conhecida como MP dos Portos –que encerra na próxima quinta-feira (16) –, o **Governo Federal** mobilizou ministros políticos na manhã desta segunda-feira (13), a fim de colocar a matéria em pauta ainda nesta semana. O impasse na votação da chamada MP dos Portos ocorreu no plenário da Câmara Federal depois que o líder do PR, Anthony Garotinho (RJ), fez uma acusação de que a emenda apresentada pelo PMDB transformaria o texto final em “MP dos Porcos”, o que levou o presidente da Câmara a encerrar a sessão sem que a proposta fosse apreciada.

No encontro de ontem, coordenado pela ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, os ministros da Secretaria de Portos, Leônidas Cristino (PSB); dos Transportes, César Borges (PR); do Esporte, Aldo Rebelo (PCdoB); das Cidades, Aguinaldo Ribeiro (PP); e do Trabalho, Manoel Dias (PDT) foram orientados a promover encontros com as respectivas bancadas partidárias no Congresso, na tentativa de assegurar a votação da medida provisória.

Durante a tarde, os mesmos ministros participaram de uma nova reunião, dessa vez com os líderes da base governista na Câmara dos Deputados. Entre as lideranças está o senador Eduardo Braga (PMDB). Em entrevista ao Jornal do Commercio, o relator da MP dos Portos se mostrou confiante de que o texto será votado e aprovado antes do fim do prazo. Além disso, Braga disse que novas emendas ao texto que foi consenso entre todos os membros da comissão são inegociáveis.

Jornal do Commercio – Senador Eduardo Braga, faltando dois dias para que a MP dos Portos perca a validade, o senhor acredita que a proposta será votada na Câmara e no Senado dentro do prazo? Caso não seja, o que o governo vai fazer?

Eduardo Braga - Apesar do prazo apertado e do impasse que se formou na Câmara dos Deputados em torno da MP, ainda acreditamos que será possível que os deputados cheguem a um entendimento para que esse texto possa ser

aprovado e, em seguida, enviado ao Senado e que tudo esteja resolvido antes de quinta-feira.

Quais são as principais demandas que serão contempladas pela MP?

Uma das emendas acolhidas pelo nosso relatório determina que os serviços públicos de fiscalização e controle necessários à **importação** ou à **exportação** sejam prestados 24 horas por dia, em horário corrido e coincidente com a operação de cada porto, inclusive aos domingos e feriados. Pelo texto, os horários poderão ser alterados por ato do Poder Executivo, apenas se não houver prejuízo à operação portuária e à segurança nacional. A mudança era reivindicada por diversos deputados e senadores.

Certamente teremos redução do tempo de desembarço de cargas, aumentando a competitividade dos portos organizados e reduzindo custos.No que diz respeito à questão trabalhista, o relatório que elaborei contemplou as reivindicações e o acordo realizado entre os trabalhadores portuários e o **Governo Federal**. Propusemos uma aposentadoria especial, criamos uma renda mínima, criamos o reconhecimento com relação à convenção 137 da OIT, avançamos sobre a profissionalização, sobre reconhecimento das categorias diferenciadas, enfim, foi ampla a negociação.

Construímos um texto de consenso, que representa ganhos de direitos aos trabalhadores. Para viabilizar maior competitividade no setor, o relatório prevê que os Terminais de Uso Privativo (Tups) movimentem também cargas de terceiros.

Além disso, o texto apresenta novos critérios que deverão nortear as licitações de novos erminais, tanto públicos quanto privados, passando a privilegiar a maior eficiência, com a menor tarifa.

Economicamente, o que representa a abertura dos portos privados às cargas de terceiros?

A abertura dos portos privados a cargas de terceiros representa maior competitividade para a economia brasileira. A nova regulamentação agiliza e facilita a **exportação** de produtos brasileiros, medida **importante** para incentivar a indústria e o agronegócio nacionais.

Quais serão os ganhos para o Amazonas?

Assim como pode ocorrer em todo Brasil, os portos de **Manaus** poderão ter maior eficiência no desembarço de cargas. A MP vai permitir que portos privados movimentem cargas de terceiros, o que poderá melhorar o fluxo de **exportação** de nossos produtos da **Zona Franca** de **Manaus**. Além disso, com a inclusão no texto do funcionamento 24 horas dos portos, o desembarço de cargas poderá ser feito com maior rapidez.

Quais são os pontos “inegociáveis” do texto de sua autoria?

No texto que aprovamos na comissão mista que analisou a MP, negociamos todos os pontos com todos os setores envolvidos. E por conta dessa negociação, aprovamos um texto que foi consenso entre todos os membros da comissão. É inegociável apenas o que quiserem incluir no texto após toda a negociação feita para aprovar o texto que apresentamos e que não foi discutido na comissão.

	VEÍCULO PORTAL DA AMAZÔNIA		EDITORIA
	TÍTULO Prefeito de <u>Manaus</u> chama governantes do Norte para defender <u>ZFM</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Convocação é para garantir manutenção da alíquota de ICMS em 12% para Zona Franca de Manaus.

MANAUS – O prefeito de **Manaus**, Arthur Virgílio, convocou os governantes de Estado do Norte, Nordeste e Centro-Oeste a lutarem juntos pela manutenção do modelo **Zona Franca** de **Manaus** e do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**). A “chamada” aconteceu nesta segunda-feira (13), quando o prefeito retornou a **Manaus** depois de alguns dias em Brasília.

Virgílio afirmou que a manutenção da alíquota diferenciada, em relação a outros estados do Sudeste e Sul do País, foi uma vitória. Ele disse que somente a união de líderes é que vai proteger as cidades mais expostas daqueles que ele chamou de lobos da economia brasileira. “Por que o Pará votou contra a gente? Por que o Tocantins votou contra a gente? Eu queria saber que afinidades eles tem com São Paulo e outros Estados do Sul. Se nós conseguirmos estabelecer

um bom acordo, teremos a possibilidade de salvar a **Zona Franca** de um prejuízo imenso para todos nós. Precisamos nos unir”, defendeu.

O prefeito ressaltou também a importância da parceria com os veículos de comunicação de circulação nacional para mostrar o lado da história que a maior parte do **Brasil** desconhece.

“O segundo round eu diria que estão ganhando porque eles estão na Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, entre outros, botando pra quebrar em cima da gente. Nós precisamos ir pra cima também. Escrever nos veículos de circulação nacional, nos principais portais do País, colocando a nossa versão”, afirmou o prefeito. Ele disse acreditar que “tem certeza que ninguém vai nos negar espaço, até porque alguns deles já sinalizaram o interesse de mostrar o outro lado. Não dá pra só um lado falar. Se nós fizermos isso, vamos dividir a opinião pública brasileira”.

 SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	VEÍCULO PORTAL DA <u>AMAZÔNIA</u>		EDITORIA
	TÍTULO Wilson Périco defende mudanças no modelo econômico no <u>Amazonas</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas defende o modelo, mas admite que mudanças precisam ser feitas para reduzir a dependência econômica.

MANAUS - Diante de críticas sobre a defasagem do atual modelo da Zona Franca de Manaus e ações de políticos do Sul do País, contrários à manutenção das vantagens econômicas para o modelo da ZFM no Amazonas, o Jornal do Commercio ouviu o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, sobre essas questões. Périco defende o modelo, mas admite que mudanças precisam ser feitas para reduzir a dependência econômica em relação as cargas tributárias e ao PIM e diz que o Amazonas precisa se preparar para a resposta paulista.

Jornal do Commercio – Mesmo com a provável manutenção da alíquota do ICMS em 12% para o Amazonas, não há um temor por novos ataques ao modelo por parte dos Estados do Sul e Sudeste do país?

Wilson Périco – São Paulo possui um lobby muito forte e isso é complicado, mas essa atitude acontece em virtude de um sentimento de pouca brasilidade. Pois busca atingir a principal atividade econômica de toda uma região. Se forem se basear nos direitos constitucionais e no objetivo maior do Governo Federal de reduzir as desigualdades de todo país isso não deveria acontecer. Acredito que irá haver mais ações contrárias, mas temos que estar preparados. Com essa vitória temos que estar ainda melhor preparados para mais ações retaliadoras.

A discussão sobre o prazo de prorrogação da Zona Franca preocupa?

Essa será uma das ações retaliadoras, mas como falei, se formos respeitar a constituição e a intenção mandatória por parte do Governo Federal de equalizar questão econômica, reduzir desigualdades econômicas e regionais. Mas se mantivermos a união política que demonstramos nesse embate estaremos preparados, porém conscientes do risco.

Acredita que essa união política demonstrada durante a votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) irá se manter?

O que eu sempre falo é que nós temos que ter em nossa representação política um interesse regional acima do que é interesse partidário ou individual e isso foi demonstrado agora nesse embate, nessa votação do CAE no senado. Se você deixar de lado todas as diferenças e interesses em prol da região, as coisas acontecem, temos aí o exemplo. Esse é o principal mote a ser discutido e mostra uma maturidade da nossa bancada da nossa representatividade política e isso tem que ser reforçado cada vez mais, para nos prepararmos para os próximos desafios.

Quais serão os maiores desafios da ZFM daqui para frente?

Primeiro desafio é esse que estamos vivendo de manter a diferenciação das alíquotas e tributos para que possamos manter nossa competitividade, depois vem essa questão da prorrogação que está sendo discutida. O terceiro e não menos importante desafio é a preocupação do poder público com relação à infraestrutura da Zona Franca e do nosso Estado. Temos que buscar dar condição de atuações da atividade econômica do nosso Estado. Mesmo com a redução da carga tributária que agride a população no Amazonas.

Como podemos buscar essas condições para o crescimento das atividades econômicas no Estado?

O único Estado que se beneficia com a carga tributária é o Amazonas por conta da Zona Franca de Manaus. Mas isso não tem sustentação a longo prazo. Precisamos investir maciçamente em novas condições de competitividade, de infraestrutura, logística, energética, e isso a custos que nos permitam acessar os centros consumidores do país. Investir maciçamente na qualificação e educação das pessoas e preparar a sociedade para desempenhar seu papel agregando valor e serviços a nosso Estado. Prezar hoje pela sustentação econômica do Estado. Qual o projeto de governo que esperamos para os próximos 10, 20, 30 anos na Zona Franca? A infraestrutura é deficiente. No país é ruim e aqui para nós é muito pior. Basta ver as condições das vias, portos, custos, comunicação de voz e dados, carência de formação de obra qualificada. Defasagens de infraestrutura que dependem de uma ação conjunta do poder público e da sociedade, para que se possa investir e aprimorar.

Não seria a hora de procurar outras alternativas ao modelo Zona Franca?

O Estado e o **Governo Federal** devem sim procurar outras alternativas para oferecer infraestrutura e logística em condições para que os investimentos em outros setores econômicos sejam viáveis no nosso Estado. Há várias outras matrizes econômicas que poderemos fortalecer para fugir um pouco dessa dependência das atividades econômicas existentes. Gás natural, agricultura, riqueza natural da floresta, minerais, os fármacos, cosméticos. Buscar essas outras atividades é preservar a sustentação econômica do Estado.

Por que os Estados do Norte estão se voltando contra a Zona Franca também?

Isso acontece por culpa do **Governo Federal**. Não é culpa do **Amazonas** e acaba que só nos sobra pressionar o **Governo Federal** a fazer sua parte. A **Suframa** tem um papel desenvolvimentista. O papel dos investimentos feito no **PIM** através da **ZFM** tem sido feito.

Cada empresa tem contribuído com 1,98% do seu faturamento com taxa administrativa. Esse recurso deveria ser utilizado para desenvolver os demais Estados, mas o **Governo Federal** não tem destinado esse recurso para tanto. O problema não é da **ZFM**, não é nosso. É do **Governo Federal** em utilizar esse recurso. Os Estados não deveriam se voltar contra a **ZFM**.

Algo a mais que o senhor queira falar ao Jornal do Commercio?

Gostaria de ressaltar a participação e apoio da sociedade nessa questão da **Zona Franca**, através das entidades laborais. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical que estiveram presentes em Brasília. A atividade industriária do **Amazonas** esteve presente com o Cieam e a **Fieam** com nosso governador e nosso prefeito, a bancada do **Amazonas**. Todos estiveram presentes sempre que foram demandados para defender o interesse da nossa região e isso que é interessante e precisa acontecer.

	VEÍCULO PORTAL DA AMAZÔNIA		EDITORIA
	TÍTULO Pará entrega manifesto no Senado para mudança em reforma do <u>ICMS</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Mudança no imposto deixa o Pará em desvantagem em transações comerciais interestaduais, em relação a outros estados da Região Norte.

BELÉM — Um documento assinado por lideranças governamentais, empresários e sindicatos do Pará será enviado aos senadores contra a reforma das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS). A mudança no imposto está em discussão no Senado e deixa o Pará em desvantagem em transações comerciais interestaduais, em relação a outros estados da Região Norte.

O assunto esteve na pauta da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará (CDE), nesta segunda-feira (13). A reunião extraordinária para discutir a situação do Pará foi presidida pelo vice-governador do Pará, Helenilson Pontes, e reuniu representantes do governo do estadual, sindicatos, forças sindicais e federações do comércio e indústria.

O documento será levado à Brasília pelo vice-governador, que estará no Senado Federal nesta terça-feira (14), quando serão retomadas as discussões na Comissão Mista do Congresso Nacional que analisa a Medida Provisória (MP) nº. 599/2012.

A estratégia do executivo estadual, explicou Pontes aos conselheiros do CDE, é manter no texto da MP do senador Walter Pinheiro as duas Áreas de Livre Comércio (ALCs) no Pará, em Barcarena e Santarém. “Esta é uma questão que deve envolver toda a sociedade paraense, pois se for aprovada atingirá a economia do Estado nos próximos 20 a 30 anos e dificilmente será revista pelo Governo Federal”, disse o vice-governador.

Em resumo, o relatório da reforma das alíquotas do ICMS aprovada na CAE do Senado estabelece que seja definida alíquota de 7% para as transações de produtos dos estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo em direção aos estados das regiões Sul e Sudeste. Porém, ficariam de fora dessa regra a Zona Franca de Manaus (ZFM) e Áreas de Livre Comércio do Norte, que mantiveram alíquota de 12%.

Como apenas o Pará não possui áreas com tributação especial, o Estado acabaria prejudicado. Por isso, a inclusão de duas ALCs no Pará via Medida Provisória seria uma forma de garantir que o Estado tenha competitividade frente aos demais da região Norte, caso o texto da CAE seja aprovado em plenário na próxima semana.

	VEÍCULO VALOR ONLINE	EDITORIA	
	TÍTULO Governo perde 4 secretários de uma só vez	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	VEICULAÇÃO NACIONAL

Alessandro Teixeira poderá ser deslocado do Mdic para outro Ministério

O ministro Guido Mantega oficializou, ontem, a mudança na cúpula do Ministério da Fazenda e anunciou, em uma nota de poucas palavras, a saída de Nelson Barbosa da Secretaria Executiva em junho. Um dos principais formuladores da política econômica e segundo na hierarquia do Ministério, Barbosa não é o único dos influentes técnicos do segundo escalão que deixarão o governo.

Beto Vasconcelos e Cezar Alvarez, secretários-executivos da Casa Civil e do Ministério das Comunicações, respectivamente, saem no segundo semestre. O secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Alessandro Teixeira, cuja demissão foi suspensa pela presidente Dilma Rousseff há dois dias, poderá ser deslocado para um outro posto.

Dos quatro pelo menos três deixam o governo por desgastes com os respectivos ministros. Alvarez explicou ao Valor que sairá não por causa de eventuais divergências com o ministro Paulo Bernardo, mas para concluir, em uma universidade americana, sua tese de doutorado sobre educação e tecnologia da comunicação.

Assessores próximos da presidente Dilma insistem que se trata de mera "coincidência" e que esse movimento não se configura uma diáspora. Beto Vasconcelos e Cezar Alvarez já haviam informado seus planos de estudar no exterior. Todos, porém, têm um perfil comum: no governo Lula e na campanha que elegeu Dilma Rousseff, eram vistos como técnicos talentosos, competentes e que ocupariam espaços importantes na administração. Barbosa e Teixeira chegaram a frequentar as listas de ministeriáveis e Vasconcelos foi cogitado para o Supremo Tribunal Federal. Alvarez trabalhou diretamente com Dilma na Casa Civil.

Beto Vasconcelos sai da Secretaria-Executiva da Casa Civil para estudar no exterior

Barbosa, segundo avaliações do Palácio do Planalto, "ficou muito grande para o cargo". Formulador de política econômica, ele também assumiu a interlocução de temas espinhosos com o Congresso, como a proposta de reforma do

ICMS, a dívida dos Estados e a mudança na regra de correção da caderneta de poupança, entre outros. Barbosa iria tirar férias em maio, mas devido a um pedido do ministro concluirá projetos que estavam em andamento até seu afastamento em junho.

O arranjo de forças na equipe econômica ficou mais desfavorável a Barbosa com a ascensão do secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, que passou a ocupar espaço em discussões essenciais, como o programa de concessões de infraestrutura, e é visto hoje como a voz da presidente nas discussões do governo. A sua atuação se ampliou de tal forma que ele participa até de reuniões de dirigentes de centrais sindicais no Palácio do Planalto. Nesse caso, o "cargo ficou pequeno para o titular".

O papel de Augustin na equipe não está definido. Chegou-se a cogitar de ele mesmo substituir Barbosa ou integrar o núcleo de coordenação da campanha pela reeleição de Dilma. O mais provável, porém, é que continue à frente do Tesouro e ajude na definição da política econômica do eventual segundo mandato da presidente. Na primeira eleição de Dilma, esse papel foi feito por Nelson Barbosa.

Nelson Barbosa: segundo avaliações do Planalto, ?ficou muito grande para o cargo"

Mantega quer um economista para assumir a Secretaria Executiva, mas não há nomes definidos. Por enquanto, Dyogo de Oliveira, secretário-adjunto, responderá interinamente pela Secretaria Executiva da Fazenda. A nota divulgada por Mantega atribuiu a saída de Barbosa a "razões pessoais".

Alessandro Teixeira reclamou a mais de um interlocutor que vinha perdendo espaço nas discussões internas do Ministério do Desenvolvimento. Segundo esses relatos, o ministro Fernando Pimentel vinha dando espaço crescente ao presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Mauro Borges, o que incomodou Teixeira. O vazamento de notícias desfavoráveis a Pimentel, como a carona que o ministro tomou no avião do empresário João Dória Júnior, no ano passado, foi atribuído por amigos do ministro a Teixeira, o que teria aumentado o afastamento entre ambos.

Beto Vasconcelos bateu de frente com a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. No período em que o ex-ministro Antonio Palocci esteve na Casa Civil, Vasconcelos tinha mais espaço para decisões, o que foi reduzido com a troca de ministros. Servidores da Casa Civil não descartam a possibilidade de Vasconcelos voltar a ocupar algum cargo estratégico no governo quando retornar do exterior. Além de prestigiado junto à presidente, a ministra Gleisi Hoffmann tende a deixar a pasta nos próximos meses para disputar o

governo do Paraná nas eleições de 2014. Isso pode acontecer em dezembro, segundo a expectativa de autoridades do Palácio do Planalto.

Para integrantes do governo, essas mudanças são reflexo do esgotamento de um modelo de gestão da presidente, que até agora preferiu despachar diretamente com os secretários-executivos a discutir as políticas com seus respectivos ministros. (Colaborou Sergio Leo, de Brasília)

	VEÍCULO BLOG DA FLORESTA		EDITORIA
	TÍTULO Bosco diz a prefeito que <u>ZFM</u> é assunto constante na CMM		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O presidente da Câmara Municipal de Manaus (CMM), vereador Bosco Saraiva (PSDB), esteve nesta segunda-feira, 13, com o prefeito de Manaus Artuur Neto (PSDB), com quem conversou sobre a audiência que o chefe do Poder Executivo municipal teve em Brasília, onde foi recebido pela presidente Dilma Rousseff (PT).

Bosco disse que o prefeito voltou bastante animado e esperançoso de que o Governo Federal não medirá esforços para preservar a Zona Franca de Manaus. “O prefeito me disse que o encontro foi extremamente positivo, afetuoso, objetivo e de muita abertura”.

Saraiva disse que todos os assuntos referentes à Zona Franca de Manaus continuarão sendo amplamente discutidos pelos vereadores da Câmara. “Estamos acompanhando esse assunto do ICMS desde o início e não ficamos alheio à essa discussão, tanto que enviamos um manifesto sobre a importância da manutenção da alíquota de 12% do ICMS para todos os 81 senadores em Brasília e também para a Presidente Dilma. Não vamos parar por aqui. Vamos fazer essa informação ecoar nos quatro cantos do País”, destacou Bosco.

	VEÍCULO BLOG DA FLORESTA		EDITORIA
	TÍTULO Guerra do ICMS: Prefeito de Manaus alerta para outros rounds no Senado		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Depois da batalha vencida no Senado, referente a manutenção da alíquota de 12% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para a Zona Franca de Manaus (ZFM), o prefeito Artur Neto (PSDB), chegou às 13h desta segunda-feira (12) no aeroporto Eduardo Gomes e foi recepcionado não somente pela imprensa local, mas também por quase todos os secretários municipais e o presidente da Câmara Municipal de Manaus (CMM), vereador Bosco Saraiva (PSDB), entre outros.

Na coletiva à imprensa, Artur Neto disse que para superar este tema é preciso muita humildade de todo mundo e ressaltou a liderança do Governador do Estado do Amazonas, Omar Aziz (PSD), a eficácia dos senadores Eduardo Braga (PMDB) e Vanessa Grazziotini (PCdoB) e a posição firme da presidente Dilma Rousseff (PT) que não deu o braço a torcer, além do trabalho de outros vários deputados frente uma pressão muito dura dos estados poderosos do Sul e Sudeste do país (São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) que ficaram cobrando dos políticos o fim da Zona Franca de Manaus.

Neste tema disse que é preciso tocar para frente e negociar para não serem derrotados. Também explicou que é possível manter a competitividade e que pessoas especialistas estão trabalhando neste sentido como, Alfonso Lobo e Tomaz Nogueira da Suframa.

“Vencemos este round, mas eu espero outros mais fortes pela frente”, disse explicando a necessidade de melhorar a infraestrutura. “Temos que enfrentar uma realidade nova, pois quando a Zona Franca nasceu não havia tantos impostos como agora, fato que causa enfrentamento entre os políticos do Sul

e do Norte”, enfatizou. O prefeito de Manaus afirmou que alguns políticos como de São Paulo se comportam como verdadeiros predadores, comparando aquele estado como um lobo feroz por não não entenderem que ganham muito com a Zona Franca (empregos, mão de obra, produtos, entre outras coisas)

Indicou ainda que chegou a hora de encontrar outros meios de aumentar a produtividade, convocou a escrever em outros meios de comunicação e colocar as verdades do desenvolvimento do Amazonas e da ZFM nos jornais de circulação nacional, pois eles (do sul) estão utilizando os canais para formar a opinião, “é hora de explicar que somos vítimas e querem liquidar a Zona Franca de Manaus.

Portas abertas com a Presidenta Dilma

Numa explicação bem ampla, o prefeito disse que a Presidenta Dilma conversou com o ele por mais de uma hora sobre temas de aspecto administrativo e indicou aos ministros de Estado que abram as portas para trabalharem em benefício do Amazonas. “Fiquei muito à vontade falando com ela e chegamos a falar até de nossos netos” salientou.///Mercedes Guzmán

	VEÍCULO FOLHA.COM		EDITORIA
	TÍTULO Mantega quer nome 'de peso' para suceder Nelson Barbosa na Fazenda		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

NATUZA NERY VALDO CRUZ

DE BRASÍLIA

O ministro Guido Mantega (Fazenda) deve optar por um nome de fora do governo, "de peso", para substituir seu número dois no Ministério, Nelson Barbosa, que deixará o cargo em junho.

Ontem, o Ministério da Fazenda confirmou oficialmente a notícia antecipada pela Folha, no sábado, de que o atual secretário-executivo pediu demissão.

Em nota oficial, o Ministério informou que Nelson Barbosa deixará o cargo em junho e será substituído, interinamente, por seu adjunto, Dyogo Henrique de Oliveira.

Segundo a Folha apurou, a primeira opção de Mantega é trazer alguém de fora para o cargo, um nome "forte" para reforçar sua equipe. A escolha pessoal do ministro está entre um economista com perfil de formulador ou um mais voltado para a gestão.

Caso não encontre um nome ideal no mercado, o ministro vai escolher um técnico no governo. Dois estão cotados: o atual secretário de Política Econômica da Fazenda, Márcio Holland, e o secretário-executivo do Turismo, Valdir Simão, que já trabalhou com Mantega.

O secretário do Tesouro, Arno Augustin, está fora do leque de opções para substituir Nelson Barbosa. Os dois disputavam espaço no governo, mas foi Augustin que passou a ser mais requisitado pela presidente Dilma Rousseff na discussão e na formulação de programas federais.

Antes, esse papel era do secretário-executivo demissionário. Ele participou, por exemplo, da elaboração do

PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e do Minha Casa, Minha Vida.

Foi responsável ainda pela formulação das novas regras de correção da caderneta de poupança, que permitiu ao BC aprofundar o processo de redução dos juros.

O secretário também elaborou e negociou no Congresso, com o ministro Garibaldi Alves (Previdência), a criação do modelo de aposentadoria do funcionalismo público -o Funpresp (Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal).

Se a saída de Nelson Barbosa foi decidida ontem, após reunião dele com Mantega, a situação do número dois do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alessandro Teixeira, segue indefinida.

DILMA

Segundo a Folha apurou, a decisão está nas mãos da presidente Dilma, que ontem passou boa parte do dia em São Paulo em encontro com o governo alemão, do qual participou também o ministro Fernando Pimentel.

Na última sexta-feira, Pimentel encaminhou ao Palácio do Planalto a exoneração de Alessandro Teixeira, com quem vem tendo desentendimentos na condução do Ministério. Dilma, porém, mandou sustar sua publicação.

Assessores dizem que a presidente quer negociar, antes, o futuro de Teixeira, indicado para o posto por ela.

	VEÍCULO COLUNA CLÁUDIO HUMBERTO		EDITORIA
	TÍTULO Subordinado peita ministro		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Nada parece ameaçar **Alessandro Teixeira** (foto), secretário-executivo do **Ministério** do **Desenvolvimento**. Sua saída foi solicitada pelo chefe, ministro Fernando Pimentel, mas **Dilma** suspendeu a demissão. Ações supostamente pouco republicanas foram denunciadas a **Dilma** por Aloizio Mercadante (Educação), principal papagaio de pirata e ministro mais influente, mas ela não se incomodou. **Teixeira** passou a espalhar entre jornalistas que é \"mais forte\" que Pimentel. Parece ter razão.

	VEÍCULO COLUNA CLÁUDIO HUMBERTO		EDITORIA
	TÍTULO Marco da mineração		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Diante da guerra instaurada para votar a Medida Provisória dos Portos, a presidente **Dilma** cogita deixar a implantação do marco regulatório da mineração para o primeiro ano de seu segundo mandato, caso venha a ser reeleita em 2014. O projeto elaborado pelo ministro Edison Lobão (Minas e Energia) está parado há meses na Casa Civil. **Dilma** teme que a proximidade das eleições tencione e inviabilize aprovação da medida. Políticos experientes alertaram ao Planalto que a tendência, inclusive da base, é o acirramento em busca de destaque nas bases eleitorais. Para piorar, a dificuldade no empenho de emendas também inflou o descontentamento de parlamentares, agora com sede de vingança. **Dilma** ainda está em dúvida sobre segurar o projeto, que lhe renderia votos no Pará, em Minas e na Bahia, de forte atividade mineradora.

Subordinado peita ministro

Nada parece ameaçar **Alessandro Teixeira** (foto), secretário-executivo do **Ministério do Desenvolvimento**. Sua saída foi solicitada pelo chefe, ministro Fernando Pimentel, mas **Dilma** suspendeu a demissão. Ações supostamente pouco republicanas foram denunciadas a **Dilma** por Aloizio Mercadante (Educação), principal papagaio de pirata e ministro mais influente, mas ela não se incomodou. **Teixeira** passou a espalhar entre jornalistas que é "mais forte" que Pimentel. Parece ter razão.

Homenagem

José Batista Jr, o Junior do Friboi, sairá do PSB e se filiara ao PMDB nesta quarta (15), às 15h, na Assembléia Legislativa de Goiás.

Elogio

A ministra Helena Chagas (Comunicação Social) ganhou mais um motivo para merecer a admiração dos colegas: ela vem sendo criticada pelo ex-jornalista e antecessor Franklin Martins. Ótimo para ela.

Chega de poste

Secretária de Planejamento de Minas, Renata Vilhena, sofre resistência para concorrer ao governo em 2014. Aliados do senador Aécio Neves (PSDB) já avisaram que não aguentam mais "técnicos" no governo.

Lá vem

O aparecido peemedebista Paulo Skaf está com os novos cabelos em pé: a cúpula do PMDB ficou satisfeita com as explicações de Gabriel Chalita, que tenta sair como vítima das denúncias de corrupção.

Licença

Alessandro Teixeira nem tomou bronca de **Dilma** ao ser fotografado usando carro oficial para ir malhar em academia no horário de trabalho.

Vaidade

Em visita a China na comitiva de **Dilma**, em 2011, **Alessandro Teixeira** exigiu ser tratado por "vice-ministro"

	VEÍCULO BLOG DO MARCOS SANTOS		EDITORIA
	TÍTULO Arthur Neto pede união de estados vizinhos pela defesa do <u>ICMS</u> diferenciado e da <u>Zona Franca</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Na chegada a Manaus, depois de uma semana intensa em Brasília, o prefeito Arthur Virgílio Neto concedeu entrevista coletiva no saguão do aeroporto Internacional Eduardo Gomes.

Na ocasião, Arthur Neto convocou os governantes de Estado do Norte, Nordeste e Centro-Oeste a lutarem juntos pela manutenção do modelo Zona Franca e do ICMS.

O prefeito afirmou que a manutenção da alíquota diferenciada, em relação a outros Estados do Sudeste e Sul do País, foi uma vitória, mas disse que somente a união de líderes

é que vai proteger as cidades mais expostas daqueles que ele chamou de lobos da economia brasileira.

O prefeito ressaltou também a importância da parceria com os veículos de comunicação de circulação nacional para mostrar o lado da história que a maior parte do Brasil desconhece.

Durante a semana que ficou em Brasília, o prefeito também foi recebido pela presidente Dilma Rousseff, que se comprometeu em liberar recursos da ordem de R\$ 675 milhões para Manaus.

	VEÍCULO CORREIO DA AMAZÔNIA		EDITORIA
	TÍTULO Arthur pede união de governantes vizinhos em defesa do <u>ICMS</u> da ZF		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Na chegada a Manaus, depois de uma semana intensa em Brasília, o prefeito Arthur Virgílio Neto concedeu entrevista coletiva no saguão do aeroporto Internacional Eduardo Gomes e convocou os governantes de Estado do Norte, Nordeste e Centro-Oeste a lutarem juntos pela manutenção do modelo Zona Franca e do ICMS.

Ele afirmou que a manutenção da alíquota diferenciada, em relação a outros Estados do Sudeste e Sul do País, foi uma vitória, mas disse que somente a união de líderes é que vai proteger as cidades mais expostas daqueles que ele chamou de lobos da economia brasileira.

“Por que o Pará votou contra a gente? Por que o Tocantins votou contra a gente? Eu queria saber que afinidades eles tem com São Paulo e outros Estados do Sul. Se nós conseguirmos estabelecer um bom acordo, teremos a possibilidade de salvar a Zona Franca de um prejuízo imenso para todos nós. Precisamos nos unir”, afirmou **Arthur Neto**.

O prefeito ressaltou também a importância da parceria com os veículos de comunicação de circulação nacional para mostrar o lado da história que a maior parte do Brasil desconhece.

“O segundo round eu diria que estão ganhando porque eles estão na Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, entre outros, botando pra quebrar em cima da gente. Nós precisamos ir pra cima também. Escrever nos veículos de circulação nacional, nos principais portais do país, colocando a nossa versão. Tenho certeza que ninguém vai nos negar espaço, até porque alguns deles já sinalizaram o interesse de mostrar o outro lado. Não dá pra só um lado falar. Se nós fizermos isso, vamos dividir a opinião pública brasileira”, destacou.

Durante a semana que ficou em Brasília, o prefeito também foi recebido pela presidente **Dilma Rousseff**, que se comprometeu em liberar recursos da ordem de R\$ 675 milhões para **Manaus**.